

12ª Conferência Nacional de Saúde (Brasília, 7-11 DEZ 2003)

A saúde que temos, a saúde que queremos

Hoje, no quarto dia da 12ª Conferência Nacional de Saúde – Conferência Sérgio Arouca, ocorreu a plenária onde foram discutidos todos os pontos consolidados nos 15 grupos de trabalho realizados ontem, para debate de propostas para cada um dos 10 eixos temáticos da Conferência.

Os eixos da Conferência focam: direito à Saúde; a Seguridade Social e a Saúde; a Intersetorialidade das ações da Saúde; as Três Esferas de Governo e a construção do SUS; a organização da atenção à Saúde; Controle Social e Gestão Participativa; o Trabalho na Saúde; Ciência e Tecnologia e a Saúde; o Financiamento da Saúde; e Informação e Comunicação em Saúde.

Objetivo

Aberta dia 7 último, a 12ª Conferência tem por objetivo propor diretrizes para efetivar a saúde como direito de todos (e todas) e dever do Estado, bem como para consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o documento oficial do governo. Esta foi a primeira Conferência cuja abertura contou com a presença de um representante da Organização Mundial da Saúde, que exultou – particularmente – a competência do Brasil no Programa Nacional de Prevenção à AIDS. A presença da OMS revela a importância que vem sendo conferida ao evento, no âmbito internacional, conforme destacou Solange Rocha, integrante da equipe do SOS Corpo e da Rede Nacional Feminista de Saúde, que está na conferência como convidada pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

Além das delegadas com representações nacionais da sociedade civil, a exemplo da Rede Feminista de Saúde, da Articulação Nacional de Mulheres Negras, da AMB, do Fórum Nacional de Mulheres Negras e do Movimento AIDS, participam da Conferência outras/os delegadas/os com direito a voz e voto: são representantes de órgãos públicos, entidades de classe, conselhos profissionais de saúde e usuárias/os. Além das/os delegadas/os, participam convidados/as (com direito a voz) e observadoras/es.

Antes da plenária que ocorreu hoje, foram realizadas uma série de mesas redondas (dia 8) sobre cada um dos eixos temáticos. Ontem (9), aconteceram os trabalhos de grupo nos quais as delegadas vinculadas ao movimento de mulheres buscaram articular a inclusão de suas propostas, na perspectiva de garantir a manutenção de políticas específicas, a exemplo do Programa de Saúde da Mulher, do Programa de AIDS e outros.

De acordo com Solange Rocha, isso significa que o movimento está procurando evitar que todas as ações fiquem diluídas no Programa de Saúde da Família, o que seria, na visão de Solange, uma perda, considerando que a atenção básica não pode ficar restrita a ações de prevenção e proteção. Solange destaca, neste sentido, a importância de manter hospitais e clínicas de referência, em diversas áreas, entre as quais a de proteção às mulheres vítimas de violência.

Nos debates de hoje, também foram discutidas as seis moções definidas no trabalho dos grupos, uma das quais exige a diminuição de impostos na produção e comercialização de preservativos e outra dirigida à Arquidiocese do Rio, que está processando o Movimento AIDS/RJ, após a propaganda que questionou a Igreja por pregar o não uso da camisinha.

Para Solange, nesta Conferência, uma forte expectativa recai sobre o debate da descriminalização do aborto, incluída entre as propostas dos grupos de trabalho. Outro aspecto que vem sendo colocado pelas mulheres e por outros movimentos sociais é a criação de mecanismos de controle sobre o orçamento. Espera-se também que os debates definam uma política de saúde mais clara em relação ao Programa Saúde da Família, que necessitará – como outros programas – do empenho da sociedade civil no controle social, em todos os níveis, e que deve incluir programas ligados aos direitos sexuais, como ações dirigidas às mulheres lésbicas, ressalta Solange Rocha.

Católicas repudiam pronunciamento do Vaticano

Católicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e México manifestaram indignação perante o recente pronunciamento do Vaticano, no Dia Mundial de Luta contra a AIDS. O manifesto foi elaborado na Assembléia Geral da Rede Católica pelo Direito de Decidir (CDD) na América Latina, de 1 a 5 deste mês, em Atibainha (SP).

A Rede CDD considera que as autoridades da Igreja Católica não podem seguir pretendendo ser uma “instância ética que fala ao mundo”, diante dos escândalos de abusos sexuais que vem registrando e da discriminação e exclusão presente nas posições doutrinárias em relação à sexualidade e às mulheres, particularmente as mulheres lésbicas e os homens homossexuais. Além disso, as Rede de Católicas considera inaceitável que – mesmo diante do aumento no número de pessoas afetadas pela AIDS - essas autoridades permaneçam sem escutar a opinião e a prática das mulheres e homens católicas/os, e ainda recomendando a todas/os que não usem camisinha. (Veja a seção CONtextos).

Monitoramento da Violência contra a Mulher

O Fórum Municipal da Mulher lançou hoje, em Porto Alegre, o relatório do Seminário “Monitorando as Políticas Públicas – desafio feminista”, que contou com diversas organizações de mulheres, atuantes no campo da pesquisa, prevenção e combate à violência de gênero. O lançamento aconteceu na Sala Maurício Cardoso, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

CONtextos - Anexamos nesta edição dois arquivos

que focam a realização da Conferência Nacional de Saúde e o debate sobre a descriminalização do aborto, escritos respectivamente por Betânia Ávila (SOS Corpo) e Fátima Oliveira (Rede Feminista de Saúde). Para o enfrentamento da ação conservadora e o fundamentalismo religioso difundido recentemente pelo Vaticano, sugerimos acessar a íntegra do manifesto das Católicas pelo Direito de Decidir, no site www.catolicasonline.org.br.

Assinalando o Dia Internacional dos Direitos Humanos, incluímos a Carta de Porto Alegre, escrita pelos participantes do Seminário “Direitos Humanos e Mercosul”, realizado em novembro. A Carta foi elaborada a partir das contribuições dos painelistas e do público participante. O quarto anexo traz questões para a avaliação da Reunião Ministerial da ALCA. Foi escrito por Fátima Mello, da REBRIP, que acompanhou o evento em Miami.

Conjuntura nacional

Abong discute papel da sociedade civil

Buscando discutir perspectiva política e perspectiva sobre o papel da sociedade civil, a Associação Brasileira de ONGs (Abong) realizou na última segunda (8), um debate sobre a atual conjuntura brasileira. O debate esteve inserido no processo de planejamento estratégico do Conselho Diretor da Associação e foi aberto à participação de ONGs, movimentos sociais, redes e articulações.

Participaram como palestrantes Maria Vitória Benevides, professora da USP, diretora da Escola de Governo de São Paulo e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A questão da sociedade civil ficou a cargo de Luiz Bassegio, da coordenação do Grito dos/as Excluídos/as Continental. Jacira Melo, da coordenação executiva nacional da AMB, foi uma das participantes.

Ao debater a perspectiva política, Maria Vitória Benevides inicialmente expressou confiança no governo: “vamos ter expectativas respondidas no âmbito econômico e social”. Mas, em seguida, afirmou estar perplexa com determinados rumos da atual gestão da economia: “a política econômica do governo está equivocada, pois dificilmente trará os resultados esperados e está comprometendo perigosamente a nossa expectativa política social”. Do ponto de vista político institucional, Maria Vitória destacou pontos positivos do governo, como por exemplo a política externa e sua repercussão nacional e internacional, o novo papel do Ministério da Justiça, com ênfase no Plano Nacional de Segurança Pública, e o Plano de Combate à lavagem de dinheiro.

Ao debater o papel da sociedade civil, Luiz Bassegio trouxe em sua exposição uma série de indagações: onde está o projeto político popular? Quem venceu: a esperança ou o medo? O governo já definiu seus caminhos ou ainda é um governo em disputa? Bassegio acredita que, no momento certo, o governo Lula dará uma guinada; mas, para tanto, será fundamental a mobilização dos movimentos sociais em todo o país.

Jorge Durão, diretor executivo da Fase e diretor geral da Abong, coordenou a mesa de debate e assinalou a necessidade de superar a visão de que a mobilização e a crítica possam contribuir para o insucesso do governo Lula. Para ele, “a política que está aí é que vai levar ao insucesso”.

REBRIP avalia ministerial da ALCA

A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) realizou, no último dia 5, uma reunião de avaliação com as diversas organizações integrantes, entre as quais a AMB, para avaliar a recente Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, realizada em Miami (EUA), no mês passado. Cineide Almeida, do Fórum de Mulheres Cearences, participou representando a AMB.

Destaca-se do debate realizado na REBRIP uma preocupação quanto à reação do governo americano pelo fracasso obtido na negociação aberta para uma ALCA abrangente. Da Ministerial, também fica a questão: qual é o significado real de uma ALCA "mínima"? Seria a manutenção de todos os temas da ALCA original? Mas qual seria o alcance dos temas?

De acordo com Graciela Rodriguez, da Rebrip e da AMB/RJ, tudo isso ficará esclarecido no próximo ano, na reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), em fevereiro de 2004, na cidade de Puebla (México), da qual irão participar os/as negociadores/as oficiais de cada país.

Outro aspecto importante da avaliação realizada pela REBRIP refere-se às perspectivas de novos formatos nas negociações, num contexto de *ALCA a la carte*, como vem sendo chamada. Além do que vem sendo tratado em comum a todos os países, começa a surgir uma segunda etapa para as relações comerciais com os Estados Unidos, a partir das negociações bilaterais. Nesta nova modalidade de negociação surge a figura do país observador de uma negociação bilateral, que poderá se integrar aos mesmos termos fechados nos acordos ou realizar acordos semelhantes, mas em outras condições.

De maneira geral, o ambiente criado após a Ministerial da ALCA é de muita ambigüidade, afirma Graciela. Isso explica o caso dos governos do Chile e do Canadá, que querem avançar, negociando em rodadas, por entenderem que foi consolidado um piso mínimo, comum a todos os países. Para o governo brasileiro, este piso mínimo não existe, alerta Graciela. Neste contexto, as atenções se voltam para o que pode surgir após a reunião desta semana, em Brasília (dias 11 e 12), com o diretor da OMC, o negociador oficial da União Européia e o Grupo dos 20 países, do qual faz parte o Brasil.

Também podem surgir novidades após a reunião na OMC, de 15 a 18 deste mês, quando será discutida a Cláusula da Paz, uma espécie de acordo assinado pelos países integrantes da OMC, com a promessa de que não entrariam nos tribunais contra os Estados Unidos, por conta dos subsídios do governo americano à própria agricultura. O prazo de validade da Cláusula termina este mês e este fato se constitui uma importante trunfo dos Grupo dos 20 nas negociações com o governo americano, ressaltou Graciela.

Organizações de Mulheres recebem prêmios

Hoje (10), Dia Internacional dos Direitos Humanos, foram homenageadas duas organizações de mulheres, em Nova York, com o prêmio de Direitos Humanos da ONU. Uma delas é a "Mano River Women's Peace Network" (Rede de Mulheres pela Paz do rio Mano), criada em 2000, que atua na conflituosa região de Serra Leoa, Libéria e Guiné Conacri (África Ocidental). Além dessa rede, foi premiada a Family Protection Project Management Team, da Jordânia, que trabalha na luta contra a violência doméstica e a favor da defesa dos direitos humanos e pela igualdade de gêneros.

Na mesma cerimônia de hoje foram premiadas as ativistas Enriqueta Estela Barnes de Calotto, presidente da associação de Avós da Praça de Maio (Argentina); e Shulasmith Koenig (EUA), diretora executiva do Movimento popular pelo ensino dos direitos humanos, além do fundador da Federação Chinesa de Deficientes, Deng Pufang. Um destaque do Prêmio concedido pela ONU foi a homenagem póstuma ao diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

*

No Brasil, em novembro, o prêmio *Jornalista Amigo/a da Criança* foi concedido a Ana Veloso, do Centro das Mulheres do Cabo (PE). Promovido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com o apoio do UNICEF e da Fundação Abrinq, o prêmio tem por objetivo valorizar o trabalho de jornalistas da grande imprensa que se destacaram na divulgação dos direitos da criança e do/a adolescente.

Na visão de Ana Veloso, o significado da sua premiação é o reconhecimento de todo o trabalho do Centro das Mulheres. Ana Veloso trabalha no Centro há nove anos e, desde 2000, vem atuando com outras companheiras em projetos de comunicação com o público jovem.

Este ano, ela também desenvolveu como bolsista do programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança (GRAL) o projeto Mídia Advocacy, do Fórum de Mulheres de Pernambuco. O projeto possibilitou que as mulheres participantes exercitassem a fala pública em espaços de articulação e ação política. O Mídia Advocacy foi apoiado pela Fundação MacArthur, em parceria com o SOS Corpo, além de: Coletivo Cunhã (PB), Grupo Curumim (PE), Loucas de Pedras Lilás (PE), ONG Auçuba, SINDSEP e as agências Ação Mundo Solidário e IWHC.